

A ESTRANGEIRIZAÇÃO DA TERRA É A SOLUÇÃO PARA A CRISE ALIMENTAR? AS NARRATIVAS DE AGENTES ESTRANGEIROS PARA JUSTIFICAR A APROPRIAÇÃO DE TERRAS NO EXTERIOR

Lorena Izá PEREIRA¹
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Resumo

Como citar:

PEREIRA, L. I. A estrangeirização da terra é a solução para a crise alimentar? as narrativas de agentes estrangeiros para justificar a apropriação de terras no exterior. **Revista Geografia em Atos** (GeoAtos online), v. 4, n. 19, p. 63-82, set-dez/2020.

DOI: 10.35416/geoatos.v4i19.8093

Recebido em: 2020-09-06

Devolvido para correções: 2020-10-31

Accito em: 2020-12-02

Em 2007/2008 o mundo vivenciou um aumento nos preços dos alimentos. Ao mesmo tempo, ocorreu a ascensão das crises energética e financeira. Juntos, estes fenômenos atraíram o interesse de diferentes agentes para o mercado de terras e produção agrícola. A segurança alimentar, que é uma questão geopolítica, tornou-se justificativa para a apropriação de terras no exterior por parte de agentes públicos e privados. Contudo, o objetivo da estrangeirização da terra não é garantir o acesso ao alimento a todos, mas sim sustentar a acumulação do capital em tempos de crise. O objetivo deste artigo é discutir como os agentes promotores da estrangeirização da terra utilizam da crise alimentar para justificar a sua expansão em direção ao exterior. Por meio da revisão da literatura ao longo de quase uma década de pesquisas sobre a estrangeirização da terra na América Latina, concluímos que a estrangeirização da terra apenas acentua a crise alimentar porque a sua base é a acumulação de capital e não a resolução do problema da fome.

Palavras-chave: Segurança alimentar; Regimes alimentares; Estrangeirização da terra; Geopolítica

¹ Doutora em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP). Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) e Rede DATALUTA. Pesquisadora colaboradora no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI/UNESP). Pesquisadora do Grupo de Estudos Trabalho, Espaço e Campesinato (GETEC), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Compõe a Diretoria Executiva Nacional da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), ocupando o cargo de presidenta (2020-2022).
E-mail: lorena.izap@gmail.com
Orcid iD: orcid.org/0000-0002-2352-1760

IS THE LAND FOREIGNIZATION THE SOLUTION FOR THE FOOD CRISIS? NARRATIVES OF FOREIGN AGENTS TO JUSTIFY LAND APPROPRIATION ABROAD

Abstract

In 2007/2008 the world experienced an increase in food prices. At the same time, the energy and financial crises rose. Together, these phenomena attracted the interest of different agents for the land and agricultural production market. Food security, which is a geopolitical question, has become a justification for the appropriation of land abroad by public and private agents. However, the objective of the land foreignization is not to guarantee access to food for all, but to support the accumulation of capital in times of crisis. The purpose of this article is to discuss how the agents promoting the foreignization of the land use the food crisis to justify its expansion abroad. By reviewing the literature over almost a decade of research on land foreignization in Latin America, we conclude that land foreignization only accentuates the food crisis because its base is the accumulation of capital and not the resolution of the problem of hunger.

Keywords: Food security; Food regimes; Land foreignization; Geopolitic

¿LA EXTRANJEIRIZACIÓN DE LA TIERRA ES SOLUCIÓN PARA LA CRISIS ALIMENTARIA? NARRATIVAS DE AGENTES EXTRANJEROS PARA JUSTIFICAR LA APROPIACIÓN DE TIERRAS EN EL EXTERIOR

Resumen

En 2007/2008 el mundo experimentó un aumento en los precios de los alimentos. Al mismo tiempo, las crisis energética y financiera aumentaron. Juntos, estos fenómenos atrajeron el interés de diferentes agentes para el mercado de producción agrícola y de tierras. La seguridad alimentaria, que es un tema geopolítico, se ha convertido en una justificación para la apropiación de tierras en el extranjero por parte de agentes públicos y privados. Sin embargo, el objetivo de la extranjeirización de la tierra no es garantizar el acceso a los alimentos para todos, sino apoyar la acumulación de capital en tiempos de crisis. El propósito de este artículo es discutir cómo los agentes que promueven la extranjeirización de la tierra utilizan la crisis alimentaria para justificar su expansión en el extranjero. Al revisar la literatura durante casi una década de investigación sobre la extranjeirización de la tierra en América Latina, concluimos que la extranjeirización solo acentúa la crisis alimentaria porque su base es la acumulación de capital y no la resolución del problema del hambre.

Palabras clave: Seguridad alimentaria; Extranjeirización de la tierra; Regímenes alimentarios; Geopolítica

Introdução

“A fome – eis um problema tão velbo quanto a própria vida”.
Josué de Castro (1984)

“Under present political arrangements feeding the world is a pipe-dream”.
Philip McMichael (2007)

“Food is Gold. So Billions Invested in Farming”.
The New York Times (June, 5th, 2008)

Iniciamos a pesquisa sobre a estrangeirização da terra ainda em 2012, momento no qual a corrida mundial por terras, que teve seu *boom* em 2008, já apresentava um ritmo menor de crescimento, segundo os pesquisadores da área (GRAIN, 2014; 2016). Ao mesmo tempo, em 2012, a corrida acadêmica em torno da estrangeirização mostrava uma guinada, sobretudo no exterior (PEREIRA, 2017), configurando-se como um tema da moda (SAUER; BORRAS JR., 2016). Nestes oito anos de investigação procuramos analisar a estrangeirização da terra em sua teoria, os seus agentes (empresas transnacionais, fundos de investimento, empresas estatais, fundos soberanos, pessoas físicas, entre outros), estratégias de acesso, justificativas e narrativas, impactos e resistências.

A partir dessa construção, entendemos a estrangeirização da terra como o controle de terras nacionais por agentes estrangeiros. Este controle não se refere somente a propriedade legal da terra, por compra ou arrendamento, mas também o controle por meio de práticas ilegais, como grilagem ou propriedades registradas em nomes de laranjas (PEREIRA, 2019a). A mesma se constitui em um processo histórico e que em cada momento se materializa de uma forma, visto que é resultado de dinâmicas globais (gerais), regionais (particulares) e nacionais (singulares) em interação (CHEPTULIN, 1982; PEREIRA, 2019a). Assim, as formações sociais preexistentes, características edafoclimáticas, os marcos regulatórios, o regime político e de propriedade da terra exercem influências sobre como a estrangeirização da terra se manifesta em cada país e localidade em específico.

Dedicamos parte da pesquisa para entender os motivos que levaram ao avanço da estrangeirização da terra a partir da corrida mundial por terras de 2008. Chegamos à conclusão que a expansão geográfica é essencial para o modo de produção capitalista sair das suas crises. Em contextos de crises, o capital precisa de novos territórios e novos mercados para investir o capital sobreacumulado, isto é, necessita de ajustes espaciais e temporais

(HARVEY, 2005b; 2014) para acumulação de capital. Assim, as crises são justamente “fases de intensa racionalização na transformação e expansão geográfica” (HARVEY, 2005a, p. 115).

Por ser um processo amplo, a estrangeirização envolve múltiplos agentes que são impulsionados por diferentes situações que, por sua vez, abrangem diversas estratégias de apropriação. Cada agente possui suas motivações e intencionalidades. De fato, agentes vinculados a Estados Nações, como empresas estatais e fundos soberanos, entendem a questão alimentar como geopolítica e investem na aquisição de terras no exterior por motivos de garantia da segurança alimentar, afinal, uma nação exposta a pressões do mercado internacional é vulnerável. Assim, ao falar de alimentação também estamos debatendo uma questão de segurança nacional. Segundo Coca (2019, p. 261): a “incorporação do alimento como ferramenta de poder pelas grandes potências, sejam elas Estados-Nação ou empresas, é um dos componentes da Geopolítica contemporânea”.

Porém, majoritariamente, a justificativa dada pelos agentes “estrangeirizadores” privados, como empresas transnacionais e fundos de investimento, é que a estrangeirização da terra é a solução para a crise alimentar, para “acabar com a fome no mundo”. É necessário considerarmos dois elementos. O primeiro é que a dita crise alimentar de 2008 é tratada por parte hegemônica das análises, especialmente econômicas, como uma questão acerca do aumento dos preços dos alimentos (McMICHAEL, 2012) e não um problema de produção em si. O segundo elemento é que estes agentes partem do princípio malthusiano de que o aumento da população mundial, projetado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) (FAO, 2009) em nove bilhões de habitantes para 2050 e a mudança da dieta alimentar de países emergentes como a China (ARRIGHI, 2008; OLIVEIRA, 2018) demandam uma maior produção de alimentos. Neste artigo, partimos do entendimento da crise alimentar além do preço, considerando a produção e o seu modo desigual de distribuição.

A questão alimentar é um tema de interesse de governos e de instituições multilaterais, não apenas da FAO, mas de outras secretarias e cátedras vinculadas a Organização das Nações Unidas, o que acaba institucionalizando a estrangeirização da terra, pautando-a como única solução possível para “acabar com a fome no mundo”. Este artigo surge das inquietações referentes aos argumentos utilizados por diferentes agentes para

justificar a apropriação de terras no exterior, porque, em quase todos os momentos da ascensão da corrida mundial por terras, a crise alimentar decorrente da escassez da produção de alimentos aparece como justificativa central do processo de estrangeirização. Foi assim na década de 1970, como nos relatam Burbach e Flynn (1982) e a história se repete nas duas primeiras décadas do século XXI (PEREIRA, 2019a). Isso é reflexo das crenças dominantes, da verdade única do monopólio do capital.

Os agentes da estrangeirização não pontuam que a fome é uma criação humana (CASTRO, 1959a). Nas palavras de Josué de Castro (1959a, p. 62): “o problema da fome mundial não é, por conseguinte, um problema de limitação da produção por coerção das forças naturais; é antes um problema de distribuição”. Concomitantemente ao fim da comida barata e a dificuldade de acesso a esta por parte da população, empresas transnacionais aumentaram o seu lucro (GRAIN, 2008). Assim, os agentes privados se apropriam de um cenário de aumento dos preços dos alimentos para especular com estes e garantir a continuidade do processo de acumulação do capital. A fome, que é um problema tão velho, é acentuada em um contexto em que o alimento se torna “ouro”, no sentido de possibilitar a acumulação de capital.

Argumentamos que a estrangeirização da terra apenas acentua a crise alimentar porque a sua base é a acumulação de capital e não a resolução do problema da fome, que se acentua mais no atual regime alimentar corporativo (McMICHAEL, 2013; 2016). O referido regime é caracterizado pelo monopólio das corporações transnacionais sobre a questão alimentar, desde a produção, distribuição e comercialização, representado pela reestruturação da ordem alimentar mundial ao estilo neoliberal da Organização Mundial do Comércio (OMC). Neste sentido, o alimento é tido como ferramenta de controle pelas grandes potências (COCA, 2016). A mercantilização do alimento é a principal causa da fome no globo.

Assim, o objetivo deste artigo é debater como os agentes promotores da estrangeirização da terra utilizam da crise alimentar para justificar a sua expansão em direção ao exterior com o objetivo de garantir a acumulação de capital em tempos de crise de sobreacumulação, buscando identificar as narrativas e os discursos. Para atingir tal objetivo, utilizamos como procedimento metodológico a revisão da literatura referente à estrangeirização da terra, focando naquelas que abordam temas como crise alimentar,

escassez de alimentos e segurança alimentar. Este artigo está fundamentado em oito anos de pesquisa sobre a estrangeirização da terra no Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai.

Adiantamos que mesmo que este manuscrito seja resultado de reflexões de pesquisas teóricas e empíricas, o nosso objetivo não é abordar os estudos de caso, mas sim elementos gerais que permitam entender as narrativas em torno da crise alimentar que são utilizadas para justificar a estrangeirização da terra. Os agentes da estrangeirização citados ao longo do texto correspondem a corporações do agronegócio e, em menor escala, a agentes vinculados aos Estados.

Também destacamos que neste artigo não abordaremos os possíveis impactos relacionados à pandemia da COVID-19, causada pelo Coronavírus. Isso é justificado pelo fato de as reflexões apontadas serem desenvolvidas em período anterior a pandemia. Ademais, os acontecimentos ainda são recentes para dimensionarmos os impactos da situação pandêmica na questão da estrangeirização da terra e alimentar. Contudo, julgamos que o problema alimentar será aprofundado e que, possivelmente, o mesmo será apropriado por diferentes agentes para justificar a estrangeirização. Este tema deverá ser abordado nas próximas pesquisas acerca da temática.

O artigo está estruturado em duas seções. Primeiramente discutiremos a relação entre a estrangeirização da terra e a crise de segurança alimentar. Em um segundo momento, evidenciaremos como a estrangeirização não é a solução para a questão alimentar, concluindo que o processo de estrangeirização da terra apenas agrava a crise alimentar, porque a sua base é a acumulação de capital que, por sua vez, promove o aumento da desigualdade e não resulta na solução da fome no mundo.

A estrangeirização da terra e as narrativas de escassez

Primeiramente, faremos aqui alguns esclarecimentos conceituais, a começar pela estrangeirização da terra. No século XXI, em meio à convergência de múltiplas crises e mudanças geopolíticas globais, intensificou-se a corrida mundial por terras, frequentemente chamada de *land grabbing* e *land rush* (BORRAS JR.; FRANCO, 2010; WILY, 2012). Na nossa concepção, a crise financeira, que teve seu ápice em 2007/2008, é a principal preocupação dos agentes privados e a partir desta crise, as demais são apropriadas pelo capital para garantir sua acumulação.

Não há uma definição consensual do *land grabbing*. Há autores que pontuam o mesmo como apropriação (trans)nacional de grandes extensões de terras (BORRAS JR.; FRANCO, 2010), há aqueles que destacam que o *land grabbing* necessariamente envolve agentes estrangeiros (SASSEN, 2016), outros que focam apenas nas transações de terras para fins corporativos e do agronegócio (AKRAM-LODHI, 2012). Existem investigadores que apontam a relação entre *land grabbing*, acumulação primitiva e acumulação por despossessão (LEVIEN, 2012; PEREIRA, 2019b), entre demais inúmeras definições e concepções. Aqui entendemos o *land grabbing* como o poder de controlar terras e demais recursos – água, biodiversidade, minérios – e obter benefícios a partir deste domínio, provocando uma mudança no uso do território. A estrangeirização da terra é um elemento do processo de controle do território.

A relação entre *land grabbing* e segurança alimentar constantemente é pautada nas pesquisas (ARAGHI, 2009; GHOSH, 2010; DIXON, 2014). Contudo, os relatórios produzidos por instituições multilaterais merecem destaque, pois legitimam o processo. Em 2012 a FAO publicou o documento “*Dinámicas del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe: concentración y extranjerización*”, cujo objetivo foi a análise das dinâmicas agrárias de 17 países da América Latina. No relatório em questão, a FAO delimitou o assim chamado *land grabbing* a partir de três critérios: I) transações em grandes escalas (acima de 1.000 hectares); II) participação de Estados estrangeiros, tanto na compra quanto na venda de terras e; III) terras adquiridas devem ser destinadas à produção de alimentos básicos e necessariamente afetar negativamente a segurança alimentar do país receptor de tal investimento.

Compartilhamos com McMichael (2009 e 2012) que a corrida mundial por terras (e consequentemente a estrangeirização da terra) também é uma expressão da reestruturação do regime alimentar. Entendemos o regime alimentar como “estrutura regulamentada de produção e consumo de alimentos em escala mundial” (FRIEDMANN, 1993, p. 30). Assim, um regime alimentar compreende o ordenamento global das relações internacionais de produção, circulação e consumo de alimentos dentro de conjunturas históricas mundiais institucionalizadas específicas (McMICHAEL, 2016).

McMichael (2009) propõe três regimes alimentares distintos: o primeiro entre 1870 e 1930, marcado pelo imperialismo inglês; o segundo entre 1950 e 1970, centrado nos EUA como potência mundial e o terceiro, de 1980 até atualmente com a ascensão do mercado

neoliberal, intitulado de regime alimentar corporativo, que é representado pela reestruturação da ordem alimentar mundial ao estilo neoliberal da OMC, como já destacamos na introdução deste manuscrito. No atual regime alimentar há o incentivo à agroexportação universal, exigindo que os países do Sul global abram suas economias ao comércio internacional de alimentos dominado pelo Norte.

Nesta reestruturação do regime alimentar corporativo, a escassez global de recursos tornou-se uma preocupação central. Frisamos que Josué de Castro, já em 1959, argumentava acerca de duas teorias que, segundo o autor, falseiam a realidade social do problema: I) aquelas que tentam provar que a fome coletiva é um fenômeno natural e irremediável e; II) as que apresentam o controle forçado da natalidade, para retardar o crescimento da população no mundo, como única salvação para a questão.

Atualmente, a principal narrativa de escassez ainda se baseia no argumento malthusiano do aumento da população mundial, o mesmo elencado por Castro (1959a; 1959b). O *cálculo* “um maior número de bocas para alimentar somado com a diminuição de terras destinadas a produção de alimentos” é utilizado como justificativa por diferentes agentes, nem todos preocupados com a segurança alimentar. Como já dito, a questão da fome sem si não é a quantidade de alimentos produzidos, mas o acesso aos mesmos.

As narrativas de escassez são acompanhadas de outras narrativas, tais como os I) limites da natureza em suportar as taxas de crescimento populacional e da exploração de recursos; II) a abundância e consequente “subutilização” de recursos (incluindo a terra) em certos continentes e regiões do globo e; III) a solução é o investimento em tecnologias de manejo de recursos. Todos estes discursos são utilizados nos relatórios do Banco Mundial, como no “*Rising Global Interest in Farmland: Can it yield sustainable and equitable benefits?*”, publicado em 2011 com o objetivo de identificar áreas “subutilizadas” para a expansão do capital¹. Assim, segundo Scoones, Smalley, Hall e Tsikata (2019), as narrativas de escassez justificam ações para aproveitar os recursos considerados “subutilizados”.

Assim, as narrativas de escassez não apenas descrevem, mas justificam mudanças no acesso e controle dos recursos, de maneira a realocar escassez entre regiões e populações, isto é, transferir as necessidades para outros locais e povos. Essas narrativas projetam uma

¹ Estas áreas identificadas não são vazias ou desocupadas, apenas não estão incorporadas na lógica do capital. Geralmente são terras de uso comum e de propriedade coletiva.

nova preocupação com a segurança alimentar baseada na apropriação de terras “subutilizadas” no Sul global para “South expand yields via global value chains organized by agribusiness” (McMICHAEL, 2014, p. 35). Nas palavras de Scoones, Smalley, Hall e Tsikata (2019, p. 231) “notions of scarcity are presented as a deliberate political strategy, justifying resource control, appropriation, dispossession, population restrictions and the securing of exclusionary property rights”.

Enclosures, and appropriations of resources as individual, private property, for example, are the direct result of such capitalist processes, creating scarcities for some, but resource access for others, differentiated by class, gender, ethnicity and other social axes of difference² (SCOONES, SMALLEY, HALL e TSIKATA, 2019, p. 235).

Estas narrativas geram uma nova escassez em outros territórios, intensificando a estrangeirização, promovendo a concentração fundiária e a insegurança alimentar da população afetada. A título de exemplo, quando um agente se apropria de terras em outro país utilizando a justificativa de promoção da segurança alimentar de sua nação de origem, promove conflitos e a insegurança alimentar no território alvo da transação. Nesse sentido, a estrangeirização está inserida na lógica do desenvolvimento desigual³, pois, ao mesmo tempo se utiliza de um discurso de escassez para criar escassez em outros territórios.

Não desconsideramos aqui agentes vinculados a Estados Nações que realmente possuem preocupações não apenas com a escassez de recursos e, conseqüentemente, alimentos. Tais agentes consideram a dimensão geopolítica da questão alimentar, que pode ser caracterizada tanto pela impossibilidade de produção de alimentos em um determinado país, como também pelas relações de dependência do mercado internacional. Exemplos são fundos soberanos oriundos da Arábia Saudita, China, Coreia do Sul e Qatar que investem na apropriação de terras na Argentina para fins de segurança alimentar (MURMIS; MURMIS, 2012) e empresas estatais de Cabo Verde que desde a década de 1980 compram terras no Paraguai para produção de milho para a exportação⁴ (PEREIRA, 2019a).

² “Cercamentos e apropriações de recursos como propriedade individual, privada, por exemplo, são o resultado direto de tais processos capitalistas, criando escassez para alguns, mas acesso a recursos para outros, diferenciados por classe, gênero, etnia e outros eixos sociais de diferença” (tradução nossa).

³ Com base em Smith (1988, p. 16), entendemos o desenvolvimento desigual como “a expressão geográfica sistemática das contradições inerentes à própria construção e estrutura do capital”.

⁴ Na década de 1970, após constatar que devido as condições edafoclimáticas o país africano Cabo Verde não conseguiria garantir a alimentação da sua população, o governo cabo-verdiano passou a investir na aquisição de terras no exterior afim de garantir a segurança alimentar e, de certa forma, a soberania em relação ao alimento. Após estudos da Direção Nacional de Planejamento do Ministério de Finanças de Cabo Verde, foram

Contudo, repetidamente, agentes privados têm utilizado da justificativa de promoção da segurança alimentar para se apropriar de terras no exterior, tratando a questão alimentar como um fenômeno puramente econômico e não político (CASTRO, 1959a e 1959b). O real objetivo destes agentes é a garantia da acumulação de capital em tempos de crise de sobreacumulação, por meio da especulação com o alimento, suscitando o aumento da insegurança alimentar em países alvos dos investimentos em terra.

A estrangeirização da terra é a solução para a crise alimentar?

Apesar dos agentes “estrangeirizadores” utilizarem como pretexto a promoção da segurança alimentar, o processo de estrangeirização da terra nos leva a questionar até que ponto, de fato, a apropriação de terras no exterior atua em prol da segurança alimentar. Lima e Oliveira (2019, p. 16) pontuam que o “processo se retroalimenta e essas aquisições geram ainda mais distorções na cadeia de produção de alimentos”. Neste sentido, nos cabe retornar aos escritos de Josué de Castro sobre a Geografia e a Geopolítica da Fome. A fome não é uma questão quantitativa de produção de alimentos e número de habitantes, como a maior parte das abordagens consideram, mas sim resultado da distribuição desigual das riquezas, endêmica do modo de produção capitalista.

É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional, controlados por aquelas minorias obcecadas pela ambição do lucro, muito interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a processar-se indefinidamente como puros fenômenos econômicos, dirigidos no sentido de seus exclusivos interesses financeiros e não como fenômenos do mais alto interesse social, para o bem-estar da coletividade (CASTRO, 1959a, p. 49-50).

Neste caminho, a fome não é natural e, muito menos uma questão de produção. O setor agroalimentar e todos os demais a este vinculados são controlados por um grupo restrito de corporações transnacionais que, por sua vez, utilizam de uma crise alimentar para justificar a sua expansão em direção a novos mercados e novos territórios, considerados desocupados ou marginais no ponto de vista do modo capitalista de produção (NALEPA, 2011).

adquiridos via compra aproximadamente 10.000 hectares no distrito de Nueva Esperanza, departamento de Canindeyú, na região Oriental do Paraguai. Apenas em 2013 o primeiro carregamento de milho produzidos no Paraguai chegou à Cabo Verde (PEREIRA, 2019a). Neste caso, o interesse do Estado cabo-verdiano é exclusivo para a garantia da segurança alimentar da população, não estando preocupado com a especulação com terras agrícolas e *commodities*.

A crise financeira de 2007/2008 gerou incertezas no mercado internacional. Diante dos riscos em investimentos nos ativos ditos tradicionais, como mercado de títulos e ações, intensificou-se a busca do capital financeiro de ativos alternativos e reais, promovendo a diversificação do portfólio dos investimentos. Agentes, especialmente privados, muitos dos quais anteriormente nem atuavam no setor (GRAIN, 2014), enxergaram no aumento do preço dos alimentos no mercado internacional uma alternativa para diversificar o portfólio de investimentos (FREDERICO; GRAS, 2017) e assim sair da crise de sobreacumulação, garantindo a permanência do processo de acumulação de capital.

Além de o modo de produção capitalista criar um mercado suplementar e em outros extratos gerar a sua acumulação, conforme argumenta Luxemburgo (1976), há outras saídas possíveis para a crise de sobreacumulação, tais como a expansão geográfica e a reorganização espacial, intitulada de ajustes espaço-temporais⁵, que, segundo Harvey (2005):

(...) a superacumulação em um dado território implica em um excedente de mão-de-obra (aumento do desemprego) e excedente de capital (que se manifesta num mercado abarrotado de bens de consumo que não podem ser vendidos sem perdas, como uma alta improdutividade e/ou como excedente de capital líquido carente de possibilidades de investimento produtivo). Tais excedentes podem ser absorvidos por: a) uma reorientação temporal por meio de investimentos de capital em longo prazo ou gastos sociais (como educação e pesquisa) que adiam a reentrada na circulação do excesso de capital até um futuro distante; b) reorientações espaciais por meio da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos e mão-de-obra em outro lugar; c) alguma combinação de a e b. (HARVEY, 2005b, p. 11).

É a partir da entrada e da criação de novos mercados e da expansão geográfica que a estrangeirização da terra, sob justificativas para solucionar a crise alimentar, se materializa no século XXI. Porém, o processo de estrangeirização da terra apenas agrava a crise alimentar, pois a sua base é a acumulação de capital e não a distribuição equitativa de alimentos. Ao contrário, a estrangeirização da terra no regime alimentar corporativo tem acentuado o processo de mercantilização do alimento e a despossessão dos pequenos produtores (COCA, 2019).

A incorporação de terras de uso coletivo (como no caso da maior parte dos países do continente africano) e de pequenos produtores à lógica hegemônica do agronegócio, resulta na alteração da territorialidade. Assim, terras que antes eram utilizadas para a

⁵ Originalmente chamado de *spatial fix*.

produção de alimentos, especialmente para a manutenção de sistemas agroalimentares locais, passam a ser destinadas para a produção de *commodities* para a exportação. Ou seja, deixa-se de atender as demandas alimentares locais para responder às necessidades da acumulação do capital e manter os padrões de consumo do Norte global.

Ademais, o modelo de desenvolvimento promovido pela estrangeirização da terra está assentado na monocultura, no uso intensivo de agroquímicos, na exploração de recursos naturais e degradação da natureza. Como este modelo pautado na acumulação e concentração promove a segurança alimentar e, conseqüentemente auxilia na redução da fome no mundo segundo a narrativa dos agentes estrangeiros e do Estado? A resposta é simples: a estrangeirização da terra tem como objetivo fundante a garantia da acumulação interminável do capital, logo, ao cumprir com os seus propósitos, apenas reproduz a desigualdade e concentração, fragilizando sistemas agroalimentares locais a partir da apropriação de uma questão que é de interesse de todos: a fome.

O que ocorre na América Latina é um exemplo explícito deste processo. A estrangeirização da terra aumentou desde 2007/2008 aumenta vertiginosamente no subcontinente. Segundo dados do portal *LandMatrix*⁶ (2020), desde o início do século XXI 9.761.438 hectares foram transacionados na América Latina, totalizando 322 negociações. Seguindo as narrativas hegemônicas da estrangeirização da terra, com toda esta extensão em posse das corporações e dos agentes financeiros, a fome na região tenderia a diminuir. Contudo, o que observamos na realidade é o aumento da quantidade de pessoas na linha da insegurança alimentar, intensificação da desnutrição e também da obesidade.

Segundo o relatório anual intitulado “*Panorama de la Seguridad Alimentaria y Nutricional en América Latina y el Caribe 2019*”, organizado pela FAO, pelo Programa Mundial de Alimentos (WFP), pela Organização Pan-americana de Saúde (OPS) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), entre 2016 e 2018, 31,1% da população da América Latina sofria de insegurança alimentar moderada ou grave. No período de 2014 a 2016, a insegurança alimentar moderada ou grave atingia 26,2% da população latino-americana. Ainda de acordo com o relatório, a insegurança alimentar atinge sobretudo

⁶ É uma iniciativa criada em 2009 pelo *International Land Coalition* (ILC) para o monitoramento das transações de terra, envolvendo compra, arrendamento e concessão, com mais de 200 hectares a partir do ano de 2000. Concordamos com Edelman (2013) a respeito da dificuldade e dos limites destes bancos de dados, uma vez que a superfície de terras transacionadas é um dado de difícil quantificação.

mulheres e crianças e decorre de um processo de aumento da concentração fundiária e de renda.

No Paraguai, país no qual centramos a nossa pesquisa de doutorado, é possível observar que a estrangeirização da terra, que é histórica no país, apenas serve para aumentar a concentração fundiária e de renda – lembrando que o índice de Gini é de 0,93, um dos maiores do mundo (FOGEL, 2018) – e para ampliar a criminalização e a violência para com os movimentos de luta pela terra. Ademais, a estrangeirização significa a intensificação da insegurança alimentar, que ocorre através da alteração do uso do território, antes destinado à produção de culturas alimentares e agora, cada vez mais, alienado à produção de *comodities* para a exportação. Isso revela um aumento progressivo da dependência do mercado internacional, pois a importação de alimentos é crescente.

Considerando algunos productos básicos consumidos en el país, em 2016, 98% de la papa ingresó de Argentina, 96% del ajo de China y Argentina, 78% del locote de Brasil, 60% de la cebolla de cabeza de Argentina y Brasil, 56% del tomate de Argentina, 50% de la sandía de Brasil, 30% de la naranja de Brasil y 10% de la piña de Brasil⁷ (IMAS R., 2018, p. 82).

Assim, o Paraguai produz e exporta *commodities*, principalmente soja, mas, ao mesmo tempo, torna-se cada vez mais frágil, pois depende da importação de alimentos básicos para a alimentação da sua população. Essa dinâmica encarece o preço dos alimentos, tornando-o cada vez mais inacessível por uma parcela significativa da população. Ao mesmo tempo, as grandes redes de supermercados e de *fast-food* se espalham pelos centros urbanos, nos trazendo a ditadura do alimento. Assim, o modelo levado a cabo pela estrangeirização da terra no Paraguai faz jus ao regime alimentar corporativo. Isso evidencia que a estrangeirização, a consequente intensificação da concentração e a alteração do uso do território, apenas contribuíram para o aumento da insegurança alimentar, fazendo cair por terra a narrativa utilizada pelos agentes do capital hegemônico. O Paraguai é apenas um dos tantos exemplos do par indissociável: estrangeirização da terra e insegurança alimentar.

⁷ “Considerando alguns produtos básicos consumidos no país, em 2016, 98% da batata veio da Argentina, 96% do alho da China e Argentina, 78% do pimentão do Brasil, 60% da cebola da Argentina e do Brasil, 56 % do tomate da Argentina, 50% da melancia do Brasil, 30% da laranja do Brasil e 10% do abacaxi do Brasil” (tradução nossa).

Considerações finais

A estrangeirização da terra, assim como a fome (CASTRO, 1984), não é um processo recente. Porém, no século XXI, em uma conjuntura sublinhada por mudanças geopolíticas globais e pela ascensão de múltiplas crises, especialmente no que se refere à crise financeira de 2007/2008, a estrangeirização assume qualidades recentes. Das quais enfatizamos: um grupo cada vez mais diverso de agentes, novas formas de apropriação de territórios e a (re)criação de narrativas/discursos que justificam a expansão da estrangeirização.

Muitas destas narrativas/discursos se referem a questões que assolam a sociedade há décadas, senão séculos e que, em um cenário de crise de sobreacumulação, são apropriadas por agentes capitalistas para justificar a sua expansão para outros mercados e territórios. Ao centrarmos o foco nas narrativas da estrangeirização, observamos que a crise alimentar frequentemente é utilizada por diferentes agentes privados para legitimar a apropriação de terras no exterior.

A crise alimentar de 2008 é tratada sob a perspectiva do fim da comida barata (McMICHAEL, 2012). Porém, cada vez mais as narrativas do aumento da população mundial e da escassez de alimentos são apropriadas pelos agentes hegemônicos e apontadas como as grandes causas de uma crise alimentar. Contudo, quando empresas transnacionais e fundos de investimentos utilizam a narrativa da crise alimentar, colocam a estrangeirização da terra como a única alternativa possível para acabar com o problema da fome no mundo, como se esta fosse uma questão apenas de preço e de produção e não como política, geopolítica e social.

Assim, diferentes agentes veem na crise alimentar uma oportunidade para acumular capital em um contexto de crise de sobreacumulação. Como já pautou Harvey (2013), as crises são intrínsecas ao modo de produção capitalista, sendo motor e produto de suas contradições internas. A estrangeirização e a fome também são processos políticos, logo, são resultados de relações de poder (McMICHAEL, 2007; HOLT-GIMÉNEZ, 2012). A acumulação internável de propriedade e o controle de mercados e territórios necessitam da acumulação interminável de poder (ARENDDT, 1989).

Atualmente, um grupo seletivo de corporações transnacionais controla a maior parte dos sistemas agroalimentares (COCA, 2019). Controlar o sistema agroalimentar não significa

apenas exercer sobre domínio da terra ou da produção de alimentos em si, mas o controle da comercialização, do consumo, de órgãos de regulação e de diversas políticas públicas que visam a promoção da segurança e soberania alimentar. A estrangeirização é uma ameaça direta segurança e soberania alimentar, visto que é um modelo que promove a desterritorialização de camponeses e, conseqüentemente, altera a territorialidade, ou seja, a terra antes destinada ao cultivo de alimentos passa a produzir *commodities* comercializadas em mercados de futuro e com destino a exportação.

Ademais, a estrangeirização está estritamente relacionada com o regime alimentar corporativo, onde poucas corporações controlam todo o processo produtivo e o que chega na mesa dos cidadãos. O processo de estrangeirização da terra apenas agrava a crise alimentar porque o seu objetivo primordial é a acumulação de capital por meio da monocultura e da exploração desenfreada da natureza. Defendemos que o acesso à terra por meio da reforma agrária popular⁸, pautada na soberania da terra, bem como a institucionalização de políticas públicas que fortaleçam sistemas agroalimentares locais, são alguns dos caminhos que podem solucionar a crise alimentar.

Embora estas reflexões tenham sido redigidas anteriormente à pandemia da COVID-19, não podemos negligenciar tal acontecimento. Isso porque, em decorrência da pandemia, há um agravamento da situação alimentar em todo o globo. Segundo a OXFAM Brasil (2020), a projeção é de que cerca de 12.000 pessoas poderão morrer de fome diariamente até o final de 2020 devido aos impactos sociais e econômicos causados pela pandemia. A FAO, na publicação anual “*The State of Food Security and Nutrition in the World 2020*” (FAO, 2020), informou que antes da pandemia, em 2019, quase 690.000.000 de pessoas (8,9% da população global) estavam subnutridas. Segundo o mesmo documento, as projeções preliminares é de que 83.000.000 a 132.000.000 de pessoas passem a integrar o grupo de subnutridos. É importante pensarmos na alimentação como causa e efeito da pandemia, uma vez que o vírus pode apresentar conseqüências mais graves à população subnutrida.

⁸ A reforma agrária popular é a bandeira de luta de movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). É um projeto de sociedade construído de baixo para cima e que visa a redistribuição de terras por meio da desapropriação de latifúndios improdutivos e grilados, a produção de alimentos saudáveis, a preservação na natureza, das águas e dos modos de vida. Em meio a pandemia, o MST lançou o Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular (MST, 04 jun. 2020).

Ao mesmo tempo em que temos esta situação de aumento do número de pessoas subnutridas, o agronegócio tem apresentado uma expansão e um crescimento do lucro de forma exponencial, batendo recordes de produção (FOLHA DE S. PAULO, 08 ago. 2020). No Brasil, além dos recordes de produção e lucro, o agronegócio tem se tornado atrativo, sobretudo, para fundos soberanos estrangeiros, que mesmo com a discussão em torno da preservação da Amazônia⁹, continuam investindo no país. Isso evidencia, mais uma vez, que os agentes capitalistas se aproveitam da situação de crise para expandir mercados e lucros. O par agronegócio e questão alimentar em tempos de pandemia deve ser melhor explorado por nós Geógrafas e Geógrafos em pesquisas futuras.

Iniciamos este texto com três epígrafes. A primeira do geógrafo Josué de Castro que desde 1946 (ano da publicação da primeira edição do livro “Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço”) nos alertava sobre como o problema da fome era de ordem social e política e não apenas econômico. A segunda do sociólogo Philip McMichael, que desde a década de 1980 se dedica ao debate dos sistemas agroalimentares inseridos no sistema-mundo. E, por fim, o título de uma reportagem publicada no jornal *The New York Times*, afirmando que a comida é ouro.

O que as três passagens, mesmo apresentando naturezas e contextos tão distintos, nos permitem concluir? O problema da fome é tão antigo quanto a própria humanidade e põe em jogo a própria sobrevivência da espécie humana (CASTRO, 1984). Porém, o mesmo é político e a configuração de poder atual permite a sua resolução, porque o mesmo é utilizado para acumular capital. Assim, comida é uma das riquezas que permite a manutenção do modo capitalista de produção.

Referências

ARAGHI, Farshad. Accumulation by displacement: global enclosures, food crisis and the ecological contradictions of capitalism. **Political Economy Perspectives on the World Food Crises**, v. 32, n. 1, p. 113-146, 2009.

⁹ A partir de julho de 2020 há uma intensa discussão sobre o avanço do agronegócio e as medidas ineficazes do governo brasileiro em relação à preservação da Amazônia. Diferentes investidores estrangeiros têm cobrado o governo em relação à promulgação de medidas mais eficazes e consequente redução do desmatamento no país. Mesmo com tais ameaças de restrição no investimento, o setor continua crescendo.

ARENDDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**. Origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

AKRAM-LODHI, A. Haroon. Contextualizing land grabbing: contemporary land deals, the global subsistence crisis and the world food system. **Canadian Journal of Development Studies**, n. 33, v. 2, p. 199-142, 2012.

BANCO MUNDIAL. **Rising global interest in farmland: can it yield sustainable and equitable benefits?** Washington D.C.: The World Bank, 2011.

BORRAS JR, Saturnino; FRANCO, Jennifer. Towards a Broader View of the Politics of Global Land Grab: rethinking land issues, reframing resistance. **ICAS Working Paper Series**, The Hague, 2010.

BURBACH, Roger; FLYNN, Patricia. **Agroindústria nas Américas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo – volume 01**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959a.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo – volume 02**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959b.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista**. Categorias e Leis da Dialética. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. 20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo. **Revista NERA**, ano19, n. 32, dossiê soberania alimentar, p. 14-33, 2016.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. O alimento e a atualidade da Geopolítica. ALVES, Flamarion Dutra; AZEVEDO, Sandra de Castro; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; VALE, Ana Rute do (Org.). **A dimensão política no espaço**. Conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea. Alfenas: UNIFAL, 2019, p. 261-276.

DIXON, Marion. The land grab, finance capital and food restructuring: the case of Egypt. **Review of African Political Economy**, v. 41, n. 140, p. 232-248, 2014.

EDELMAN, Marc. Messy hectares: questions about the epistemology of land grabbing data. **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 03, p. 485-501, 2013.

FAO. **Global agriculture towards 2050**. Roma: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, 2009.

FAO. **Dinámicas del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe: concentración y extranjerización**. Santiago: Organização das Nações Unidas Para a Alimentação e Agricultura, 2012.

FAO; OPS; WFP; UNICEF. **Panorama de la Seguridad Alimentaria y Nutricional en América Latina y el Caribe 2019**. Organização das Nações Unidas Para a Alimentação e Agricultura: Santiago, 2019.

FAO. **The State of Food Security and Nutrition in the World (SOFI) Report 2020**. Roma: Organização das Nações Unidas Para a Alimentação e Agricultura, 2020.

FOGEL, Ramón B. Reforma agraria en el Paraguay. Retrocesos y luchas. FERNANDES, Bernardo Mançano; RINCÓN, Luis Felipe; KRETSCHMER, Regina (Org.). **La actualidad de la reforma agraria en América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 129-140.

FOLHA DE S. PAULO. Agronegócio bate recordes e amplia mercado apesar da pandemia de Covid. **Jornal Folha de S. Paulo**, caderno Economia, publicado em 08 ago. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/agronegocio-bate-recordes-e-amplia-mercado-apesar-de-pandemia-de-covid.shtml>. Acesso em: 14 ago. 2020.

FREDERICO, Samuel; GRAS, Carla. Globalização financeira e land grabbing: constituição e translatinização das megaempresas argentinas. BERNARDES, Júlia Adão; FREDERICO, Samuel; GRAS, Carla; HERNÁNDEZ, Valeria; MALDONADO, Gabriela (Org.). **Globalização do agronegócio e land grabbing: a atuação das megaempresas argentinas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017, p. 12-32.

FRIEDMANN, Harriet. The Political Economy of Food: a Global Crisis. **New Left Review**, 197, p.29-57, 1993.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. São Paulo: L&MP (1971), 2010.

GHOSH, Jayati. The unnatural coupling: food and global finance. **Journal of Agrarian Change**, v. 10, n. 1, p. 72-86, 2010.

GRAIN. **Food crisis** – how do we get out of it? Barcelona: Grain, 2008.

GRAIN. **The many faces of land grabbing**. Barcelona: Grain, 2014.

GRAIN. **El acaparamiento global de tierras en el 2016 sigue creciendo y sigue siendo malo**. Barcelona: Grain, 2016.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Editora Annablume, 2005a.

HARVEY, David. O “novo imperialismo”: ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento. *Lutas Sociais*, n. 13/14, p. 09-21, 2005b.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. Land grabs versus land sovereignty. **Food First Background**, v. 4, n. 18, p. 01-03, 2012.

IRAS R., Víctor J. Producción e importación de alimentos en el Paraguay: aumenta la dependencia alimentaria. PALAU, Marielle (Org.). **Con la Soja al Cuello 2018**. Informe sobre agronegocios en

Paraguay. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2018, p. 778-783.

LANDMATRIX. **Online Public Database on Land Deals**. Disponível em: <http://www.landmatrix.org/en/>. Acesso em: 14 nov. 2020.

LA VIA CAMPESINA. **Declaração da Via Campesina**. Tlaxcala: La Via Campesina, 1996.

LEVIEN, Michael. The land question: Special Economic Zones and the political economy of dispossession in India. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 933-969, 2012.

LIMA, Marcos Costa; OLIVEIRA, Eduardo Matos (Org.). **Estrangeirização de terras e segurança alimentar e nutricional**. Brasil e China em perspectiva. Recife: FASA, 2019.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

McMICHAEL, Philip. Feeding the world: agriculture, development and ecology. **Socialist Register**, p. 170-194, 2007.

McMICHAEL, Philip. The land grab and corporate food regime restructuring. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 681-701, 2012.

McMICHAEL, Philip. Land Grabbing as security mercantilism in international relations. **Globalizations**, v. 10, n. 1, p. 47-64, 2013.

McMICHAEL, Philip. Rethinking land grab ontology. **Rural Sociology**, v. 79, n. 1, p. 34-55, 2014.

McMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

MST. Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular: por trabalho, alimentação, moradia e vida Digna. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra**, publicado em 04 jun. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/06/04/plano-emergencial-de-reforma-agraria-por-trabalho-alimentacao-moradia-e-vida-digna/>. Acesso em: 04 nov. 2020.

MURMIS, Miguel; MURMIS, María Rosa. Land Concentration and Foreign Land Ownership in Argentina in the Context of Global Land Grabbing. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 33, n. 04, p. 490-508, 2012.

NALEPA, Rachel. A question of scale: the construction of marginal lands and the limitation of global land classifications. **International Conference on Global Land Grabbing**, University of Sussex, Brighton, 2011.

NATIONAL GEOGRAPHIC. Eat: the new food revolution. **National Geographic**, may 2014.

OLIVEIRA, Gustavo de Lima Torres. A resistência à apropriação chinesa de terras no Brasil desde 2008: lições e alternativas agroecológicas. **Revista Ideias**, v. 9, n. 2, p. 99-34, 2018.

OXFAM BRASIL. **O vírus da fome**: como o coronavírus está aumentando a fome em um mundo faminto. São Paulo: OXFAM Brasil, 2020.

PEREIRA, Lorena Izá. Soberania e segurança alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais. **Revista NERA**, ano 19, n. 32, dossiê soberania alimentar, p. 128-152, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. *Land grabbing, land rush*, controle e estrangeirização da terra: uma análise dos temas e tendências da produção acadêmica entre 2009 e 2017. **Estudos Internacionais**, v. 5, n. 2, p. 34-56, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. “**Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito**”: os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019). Presidente Prudente, 2019. 523f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019a.

PEREIRA, Lorena Izá. A acumulação por despossessão na análise do land grabbing. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 41, p. 03-20, 2019b.

SASSEN, Saskia. **Expulsões** - Brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2016.

SAUER, Sérgio; BORRAS JR., Saturnino. ‘Land Grabbing’ e ‘Green Grabbing’: uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras. **Revista Campo-Território**, Ed. Especial Land Grabbing, Grilagem e Estrangeirização de terras, n. 23, v. 11, p. 06-42, 2016.

SCOONES, Ian; SMALLEY, Rebecca; HALL, Ruth; TSIKATA, Dzodzi. Narratives of scarcity: framing the global land rush. **Geoforum**, p. 231-241, 2019.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

THE NEW YORK TIMES. Food is Gold. So Billions Invested in Farming. **The New York Times**, The food chain, publicado em: 05 jun. 2008. Disponível em: https://www.nytimes.com/2008/06/05/business/05farm.html?_r=1&adxnnl=1&pagewanted=print&adxnnlx=1223021628-ITYB/fGmhillI33AmcxZXdw&oref=slogin. Acesso em: 25 abr. 2020.

WILY, Liz Alden. Looking back to see forward: the legal niceties of land theft in land rushes. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 03-04, p. 751-775, 2012.